AS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA NA DÉCADA DE 1950: em busca da preeminência latino-americana

Álvaro de Souza Gomes Neto*

RESUMO: Este artigo apresenta o período das relações entre Brasil e Argentina na época dos governos de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón respectivamente, destacando os fatores internos e externos que marcaram seu desenvolvimento. Os anos 40 e 50 do século passado produziram fenômenos de singular semelhança entre os dois países. O momento áureo desta simetria deu-se no período 1951-1954, com a coincidência dos mandatos presidenciais de Vargas e Perón.

PALAVRAS-CHAVE: populismo; Vargas; Perón.

ABSTRACT: This article looks for to present the politicals relations of Brazil and Argentina in the Getulio Vargas and Juan Domingo Perón age, detaching in and out elements in your development. The 40'and 50' years of the last century maked phenomenons of particular likeness between both nations. The top moment of this symmetry was 1951-1954, with the coincidence of Vargas and Perón governments.

KEYWORDS: populism; Vargas; Perón.

A ascendência de Juan Domingo Perón à presidência da Argentina coincidiu com o momento em que Getúlio Dornelles Vargas foi deposto do poder no Brasil. Ambos governaram por duas vezes seus países, construindo, ao longo do tempo, o estigma da figura do ditador apoiado em bases populares.

A deposição de Vargas foi algo tranqüilo e sem derramamento de sangue. O apoio popular de que dispunha fez dele um ditador que, ironicamente, tinha o povo ao seu lado, identificado pelo "Queremismo", ou seja, uma campanha aberta que identificava a sociedade querendo a permanência de Getúlio no poder (D'ARAUJO, 2000). De qualquer forma, a saída de Vargas em outubro de 1945 aconteceu em condições bastante excepcionais, já que este pode manter-se até o final sustentado pelas suas próprias bases sociais

* Faculdades Anglo-Americano. Doutor em História.

(SILVA, 1964). Vargas, ao sair do poder preparou indiretamente a sua volta à Presidência de forma quase imediata, podendo candidatar-se ao Senado Federal e ser eleito por uma grande quantidade de votos, vindo a confirmar-se no pleito a sua enorme popularidade, o que lhe garantiu, posteriormente, assumir outra vez o cargo de supremo mandatário do país, em 1951.

Esse fenômeno político que é o aparecimento de um líder carismático se deu tanto com Vargas no Brasil quanto com Perón na Argentina, praticamente ao mesmo tempo. Paralelamente em que se inaugurava uma nova forma de liderança política no cenário latino-americano, tanto Vargas quanto Perón passavam a ser percebidos como uma ameaça aos interesses norte-americanos na América Latina. Embora Getúlio tenha em seu primeiro mandato, durante os quinze anos em que governou o Brasil, de 1930 a 1945, feito significativas aproximações com os Estados Unidos, principalmente ao conseguir apoio financeiro para a criação da Usina de Volta Redonda, e permitido a instalação de uma base militar em Natal, quando do desenrolar do momento mais crítico durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos sempre viam com desconfiança o aparecimento de lideranças populares. Vale ressaltar que até o primeiro semestre de 1940, "o governo Vargas ainda não estava rigorosamente definido em prol dos Estados Unidos, e tentava manter relações razoáveis com a Alemanha negociando a siderurgia..." (SVATMAN, 1999, p.143).

O pensamento social burguês de que se imbuía os Estados Unidos fazia com que estes fossem concretamente contrários a lideranças isoladas ou regimes políticos que tivessem alguma identificação com o comunismo, pós-Revolução Cubana. Embora estejamos tratando de um período um pouco aquém do fenômeno cubano, lembremos que desde 1823 os Estados Unidos, através da política "A América Para os Americanos", do então presidente James Monroe, conhecida como "Doutrina Monroe", trataram de estabelecer um equilíbrio de controle sobre toda a América Latina, descartando ameaças anticapitalistas.

Os norte-americanos estavam convictos de que uma revolução em grandes proporções iria ocorrer na América Latina, conforme Katchaturov (1980). Este autor afirma que entre 1953 e 1961, durante a administração de Eisenhower, os USA mudaram sua política de tratamento sobre a América Latina, deixando de lado o *big stick* (traduzida como força bruta) e passando a adotar a doutrina da "boa vizinhança". Contudo, até este momento, o tratamento havia sido na base da imposição pela violência e de apoio a regimes militares de direita. Os círculos governantes americanos

foram obrigados a reconhecer não só a ineficácia dos métodos de uma política coercitiva, mas o surgimento de uma ameaça real ao controle dos Estados Unidos na América Latina (KATCHATUROV, 1980). Justifica-se, dessa maneira, o temor norte-americano pela ascendência de ditadores que, de uma forma ou de outra, tivessem o apoio popular e que, mesmo não abertamente, pregassem uma política governamental esquerdizante.

No entanto, mesmo exercendo uma política contrária à permanência de Vargas e de Perón no poder, nos anos 1945/1946, os resultados foram opostos aos que os EUA queriam. No caso de Getúlio Vargas, conseguiu-se dar um golpe final a uma estrutura de poder já no ocaso, desgastada por medidas ditatoriais, que foram contrárias aos interesses capitalistas, pelo menos em parte. No caso de Perón, o resultado acabou sendo a valorização de uma mobilização interna de cunho nacionalista, que acabou por ampliar ainda mais a vitória peronista nas urnas e o populismo que se alastrou por todo o país. No balanço entre perdas e ganhos para os Estados Unidos, a transição democrática sem traumas ocorrida no Brasil, em que qualquer uma das forças políticas mostrava-se disposta a alinhar com os norte-americanos, garantiu que a derrota na Argentina, com Perón no poder, não fosse considerada fatal para as intenções dos EUA, e não passasse de um simples contratempo.

De qualquer forma, a atuação dos embaixadores representando os ideais de Washington, deixou clara a partir daí a aversão aos movimentos populistas latino-americanos, que por seus conteúdos nacionalistas passarão a ser identificados com freqüência posteriormente, como manifestações comunistas, como já foi referendado com o caso de Cuba, que se tornou emblemático.

Segundo Boris Fausto (1997), o período de governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), irá corresponder a uma fase de extrema inoperância por parte do Poder Executivo. Esse momento, até a volta de Vargas, irá caracterizar-se pelo enfrentamento entre forças partidárias com interesses diversos, principalmente com o retorno dos comunistas à legalidade. Moura (1988, p. 75) enfatiza que "o novo pacto oligárquico que assumiu o controle das agencias governamentais negou legitimidade aos conflitos sociais e muito cedo classificou as reivindicações sindicais como biombos de uma ação subversiva". Este autor também afirma que o governo Dutra identificou-se com os Estados Unidos, em nível interno, na luta anti-comunista militante dos americanos, "que se polarizava ao poder soviético, na luta das potencias" (MOURA, 1988, p. 75).

Em relação à política externa, é nesse período em que vai acontecer um estreitamento das relações Brasil-Estados Unidos, de forma quase incondicional. O quadro que se apresentava no Brasil contrastava nitidamente com o que vinha acontecendo em nível interno e externo na Argentina. Em plena efervescência peronista, a sociedade argentina tomava contato direto com um novo padrão de convivência política, que conseguia contornar suas incongruências a partir da relativa prosperidade que grassava na economia do pós-guerra. Esta estabilidade econômica, por sua vez, permitiu que a Argentina mantivesse uma posição significativa de cunho contrário em relação à política internacional.

Esta colocação fez com que os castelhanos conseguissem, até certo ponto, afrouxar as pressões impostas pela política mundial e não participar do jogo pós Segunda Guerra, advindo da Guerra Fria (ZULETA ALVAREZ, 1985). As relações entre Brasil e Argentina nesse período foram extremamente superficiais, sendo retomadas apenas para cumprir as formalidades que a proximidade de fronteiras exigia e o jogo diplomático requeresse. De outra forma, houve um significativo distanciamento entre os dois países, principalmente dado ao jogo internacional que acontecia entre eles, em que estava em disputa a preeminência sobre a América Latina, em nível político.

O jogo político entre brasileiros e argentinos continuou, após a concretização do alinhamento do Brasil com os Estado Unidos. Contudo, mesmo conservando suas discrepâncias com o comportamento internacional argentino, que era de não seguir as orientações norte-americanas para a América Latina, o Brasil esforçou-se para evitar que esse desajuste castelhano se tornasse um conflito mais sério entre ele e seus vizinhos mais importantes. Esta posição evidencia-se pós-45, quando o Brasil procurou assegurar uma base mínima de entendimento entre os argentinos e os Estados Unidos no âmbito interamericano. Nas reuniões que resultaram em negociações diplomáticas acontecidas em fevereiro de 1945 (Chaputelpec) e início de 1946 (Rio de Janeiro), o governo brasileiro agiu com a intenção de evitar a exclusão argentina do cenário político interamericano. Essa ação também evidenciava, como constatamos, o real interesse brasileiro em intermediar negociações entre Buenos Aires e Washington, a fim de fortalecer sua posição na América-Latina e conseguir maior apoio dos Estados Unidos para a concretização desse propósito.

Embora o Brasil se predispusesse a interceder até certo ponto para manter equilibrada a participação argentina na diplomacia latino-america-

na, via Estados Unidos, não abandonava a postura competitiva com os castelhanos. Essa condição se dava por dois motivos: para garantir a posição de interlocutor privilegiado dos Estados Unidos na América Latina e, ao mesmo tempo, manter um *status* de preponderância no cenário latino-americano. Essa realidade se revelava no mantenimento de uma rivalidade histórica, manifestada nos espaços multifacetados da política internacional, nas relações com os norte-americanos e nos vínculos com os demais países latino-americanos.

Oswaldo Aranha, embaixador do Brasil na ONU nesta época, em carta ao General Candobert Pereira da Costa, datada de 04 de março de 1947 manifestou o temor a respeito do crescimento econômico-militar argentino no pós-guerra, enfatizando que os planos do Brasil tornar-se o primeiro país da América do Sul acabariam sendo ameaçados[1]. A prosperidade argentina não acontecia na esfera das relações econômicas latino-americanas, mas no âmbito extra-hemisférico, o que dificultava ao governo brasileiro inserir-se num quadro competitivo, e exercer nesse ato um jogo que se voltasse a seu favor. As relações comerciais da Argentina, nesse período, eram quase que exclusivamente com a Inglaterra, escapando da esfera de controle do capital norte-americano e criando certa autonomia com significações até certo ponto ambíguas para o Brasil (LANÚS, 1984).

O panorama se apresentava descortinado por duas realidades contrárias, quase apóricas, em se tratando de resultados político-econômicos. A primeira era justamente a saída da Argentina da competição por subsídios militares e recursos econômicos cedidos pelos Estados Unidos, o que favorecera sobremaneira o Brasil, sem concorrentes a altura. A segunda, porém, assentava-se no fato da Argentina encontrar-se de certa maneira menos dependente e um pouco apartada da influencia norte-americana, conseguindo sobreviver sem os escassos recursos dados pelos EUA nesse período de pós-Guerra. O jogo de forças na América Latina tinha duas pontas que, embora se enfrentassem no terreno político, no econômico andavam em separado, o que não deixava de influir também no posicionamento político de ambos os países no cenário latino-americano.

Assim, havia duas instâncias que merecem ser destacadas: a econômica e a política. No patamar econômico, fundamentalmente buscamos a atuação da diplomacia argentina em estabelecer relações de comércio com

[1] FGV-Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Oswaldo Aranha - AOA 47.03.04/1. CPDOC_FGV.

países vizinhos e mesmo no âmbito regional, sem a intervenção direta dos organismos multilaterais criados a partir de 1945, com a Convenção do Rio de Janeiro (SVARTMAN, 1999). Sunkel (1986) afirma que durante as negociações envolvendo as relações econômicas internacionais, o Brasil desde a República Velha, posicionou-se ao lado dos Estados Unidos, em defesa do multilateralismo e da cláusula da nação mais favorecida.

Já no patamar da esfera política, o contraste acontecia em relação ao projeto de inserção internacional tanto do Brasil quanto da Argentina. A posição brasileira foi sempre de amparar-se firmemente aos Estados Unidos, enquanto a Argentina fez um jogo de afastamento, mantendo-se ao máximo afastada dos blocos de poder internacionais que se formaram com a Guerra-Fria (SVARTMAN, 1999). A aproximação com países comunistas foi descartada pelo Brasil, com a política de afastamento em 1946, a partir do governo de Gaspar Dutra (FAUSTO, 1997). De outro lado, os argentinos, em 1946, travaram relações diplomáticas com a recém-formada União Soviética, no governo Perón.

No início dos anos 1950, articulam-se paralelamente os governos de Vargas e Perón. A expectativa era de um melhoramento sensível das relações econômicas entre argentinos e brasileiros, pela identificação de cunho populista que ambos os governantes eram imbuídos. Ao começar seu governo, Vargas enviou a Buenos Aires o ministro do trabalho, João Goulart. Esta visita estimulou contatos mais estreitos entre Vargas e Perón, em torno de um projeto de unificação dos países latino-americanos em termos econômicos. Em uma carta enviada por Perón a Vargas em março de 1950, o presidente argentino enfatiza a necessidade de eliminar "el peligro de servir a los demás, para servirse a si mismos. Comparto plenamente la opinión del brillante porvenir de nuestro Continente, si logramos unificar los esfuerzos de todos los países que lo formamos..."[2].

Essa tentativa de aproximação do governo argentino com o brasileiro alavancou uma série de acordos bilaterais realizados com o Chile, Equador, Paraguai e Bolívia (BANDEIRA, 1993). O momento favorecia justamente pela presença de democracias populistas no continente sul-americano, onde as massas passavam a ter cada vez mais participação nos acontecimentos dos países, embora saibamos que o populismo é uma maneira de controlar a população através da manipulação ideológica (BOITO JR, 1982).

[2] FGV – Fundação Getúlio Vargas. Carta de Perón a Vargas. AGV. 50.03.0013. CPDOC/FGV.

De qualquer forma, as forças complementares surgidas no cenário sulino eram representadas pelo populismo e pelo nacionalismo, articulando-se interna e externamente em todo o continente.

Juan Perón defendia uma unidade econômica entre os países latino-americanos, cujo eixo principal seria formado por Argentina, Brasil e Chile (GONZÁLES, 1957). Embora quisesse essa unificação, apregoada em seus discursos, havia, contudo, grandes diferenças entre os projetos articulados por Perón e Vargas. Enquanto Perón colocava-se mais concretamente a favor de um afastamento da esfera de influencia dos Estados Unidos, Vargas direcionava seus discursos de forma ambígua, reconhecendo a autonomia latino-americana, mas não descartando o apoio dos Estados Unidos, em função da sua riqueza e de sua capacidade de fornecimento de capital e produtos industriais. Vargas sempre se colocou de forma dúbia, em se tratando de decisões políticas, não deixava imposições fecharem portas em definitivo, sendo esta uma de suas características mais marcantes.

Havia uma afinidade direta entre o peronismo e o trabalhismo. Ambos os discursos iam ao encontro dos interesses e anseios das massas. Nesse sentido, mesmo que indiretamente, fazia-se necessário manter sempre uma linha de contato entre Vargas e o governo argentino. Nesse sentido, Getúlio não se descuidava e acabava alimentando relações diplomáticas que, apesar das variações, mantinham-se vivas. Vargas, revelando-se excelente diplomata, trabalhava no sentido de manter um contínuo contato com a Argentina. A nomeação de João Neves da Fontoura como ministro do exterior e de Batista Luzardo como embaixador em Buenos Aires, dá conta desse interesse, na medida em que esses dois homens foram companheiros de Vargas na Revolução de 1930 e eram antigos correligionários e amigos pessoais de Getúlio. Para Hirst (1985), no entanto, João Neves manteve desde o início uma posição contrária em relação a uma aproximação com Perón. Por outro lado, Luzardo, sediado em Buenos Aires, servia bem aos intentos varguistas, principalmente porque possuía uma grande proximidade com Perón, cultivando relações pessoais. Além disso, a atuação de João Goulart, como ministro do Trabalho, abria uma fecunda articulação entre o trabalhismo brasileiro e o justicialismo argentino.

De outro lado, João Neves, além de obstaculizar aproximações entre o Brasil e a Argentina, ainda alimentava preocupações a respeito das aproximações deste país com os Estados Unidos, que estavam acontecendo nos anos 1950. Para os norte-americanos, eram as primeiras tentativas de diálogo para a quebra do isolacionismo argentino. Além disso, abria-se

também a possibilidade dos Estados Unidos aumentarem o grau de influencia sobre toda a América Latina. Para o Brasil, pensava-se que as conseqüências não seriam boas, dada a disputa na área latinoamericana entre este e os argentinos.

Depois de um relativo tempo de afastamento envolvendo Brasil e Argentina, seguiram-se, no começo de 1953, sinais de melhoria nas relações dos Estados Unidos com a Argentina. A notícia de empréstimos feitos pelo Eximbank atesta a tendência por parte de Washington de conceder também créditos diplomáticos aos argentinos. Esta troca estava relacionada com a política externa da nova administração republicana vigente nos Estados Unidos (MOURA, 1988). Isto criava para os norte-americanos, canais de contato que permitiam atender os interesses mais imediatos do país.

Do lado do governo argentino a preocupação com respeito às relações do Brasil com os Estados Unidos parecia ser recíproca. Sem haver aspirado transformar-se em um interlocutor entre norte e latino-americanos, a idéia de Perón era receber o apoio brasileiro, a fim de manter certo isolamento econômico em relação aos Estados Unidos, não concordando com a intervenção econômico-cultural que acontecia no Brasil nesse período. Foi neste contexto que as negociações do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, realizado em 1952, acirraram as relações brasileiras com os argentinos. A Argentina encontrava-se cada vez mais isolada, na medida em que Uruguai e Chile também assinaram acordos com os norte-americanos (SVARTMAN, 1999).

A Argentina atribuía as concessões brasileiras aos Estados Unidos, a pressões internas sofridas por Vargas, visto como incapaz de aproximar-se de Perón, em função desse cerceamento. Tanto Vargas quanto Perón, em suas correspondências dirigidas de um para o outro, manifestavam desejos de estreitar laços, embora não definissem se estes estavam na esfera do econômico ou apenas do político-diplomático.

Os acontecimentos que irão ocorrer em nível de política externa, entre os anos de 1953 e 1954, até a morte de Vargas, serão extremamente importantes para o mantenimento do próprio governo varguista. Em 1953, Perón vai ao Chile, tentando concluir uma aliança que, em tese, afastaria o Brasil das negociações de preeminência na América Latina. Nessa ação, ao voltar ao seu país, Perón acusa o Itamaraty de impedir que Vargas realize a aliança desejada entre Argentina, Brasil e Chile, que se tornaria o pacto do ABC.

No plano interno, João Neves, o principal articulador da ação anti-Argentina, havia saído do governo e se aliado às forças contra Getúlio.

Estava se formando o processo que desencadearia o suicídio de Vargas. As noticias se espalham e, no cenário nacional, cogita-se que Getúlio estaria realizando uma aliança secreta com a Argentina, o que resultaria num ato de traição à Pátria. As forças anti-getulistas começavam a agir, utilizando questões ligadas à política externa brasileira.

Vargas, diante de tal situação, tratou de diminuir as pressões, nomeando como embaixador na Argentina a João Leite Ribeiro. Este, logo que chegou a Buenos Aires, iniciou um trabalho de intensificação das relações brasileiro-argentinas (HIRST, 1985). A perspectiva de Leite Ribeiro não representava um retrocesso, mas uma visão mais real e menos ideológica. O Brasil, através do embaixador, exprimia o desejo de estabelecer um ponto de equilíbrio em contrabalanço à força norte-americana, mas sem mostrar hostilidade aos Estados Unidos. Leite Ribeiro, na verdade, fazia a política de Vargas, ou seja, concordar em tese, mas prorrogar a prática e a execução o mais possível, sempre tentando controlar o avanço argentino em nível político-econômico no continente latino-americano.

No final de 1953, a política peronista em relação à América Latina já podia ser melhor percebida. Os resultados da aproximação com Chile, Paraguai, Bolívia e Equador, no entanto, não foram os esperados, colocando-se abaixo das expectativas. Para Magnet (1953), os resultados foram prejudicados pelo fato de que tanto Uruguai como Peru acompanharam a atitude da diplomacia brasileira, ficando de fora das tratativas feitas com a Argentina.

O interesse dos argentinos de ampliar suas relações no âmbito latino-americano foi acompanhado, em alguns momentos, por intenções de melhorar também o diálogo com os Estados Unidos, principalmente no campo da iniciativa privada. Como Vargas, Perón em 1953 incentivava a entrada maciça de capital estrangeiro, a fim de desenvolver setores básicos da economia (LANÚS, 1984). As fórmulas, tanto de um quanto de outro, acabaram por desgastar sua imagem frente às massas, ocasionando a saída de ambos dos governos, embora em circunstâncias diferentes.

A ineficácia dos acordos políticos executados por ambos os presidentes, acabaram por exacerbar as forças opositoras, decretando o início da derrocada dos dois governos populistas. Vargas se suicida em agosto de 1954 e Perón é deposto em setembro de 1955. Embora internamente os processos que levaram ao fim desses dois governos tivessem sido distintos, realidades diferentes vividas por Argentina e Brasil nesse período, acabaram guardando certa similitude histórica, em função do grau de participação das massas e da capacidade de alcance popular que ambos os gover-

nantes obtiveram. De qualquer forma, a rivalidade Brasil – Argentina acabou permanecendo, tanto no plano político quanto no econômico. No que pese a tentativa de uma aliança frustrada de aproximação dos dois países, realizada por Vargas e Perón, o sentimento antiargentino e antibrasileiro acabou se tornando histórico em ambas as nações. E permanece até os nossos dias.

Recebido em 15/07/2008
Aceito em 20/10/2008

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina*: O Continente nas Relações Argentina-Brasil (1930-1992). São Paulo: Ensaio, 1993.

BOITO JR, Armando. *O Golpe de 1954*: a burguesia contra o populismo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

D'ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo* . Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1997.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. AGV. 50.03.0013. AOA. 47.03.04/01.

GONZALES, Julio V. *Historia Argentina* – la era republicana. T.2. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1957.

HIRST, Mónica. Vargas y Perón. *Todo es Historia,* Buenos Aires: Ediciones AP, n. 224, p. 9-11, 1985.

KATCHATUROV, K. A. *A expansão ideológica dos EUA na América Latina*. Tradução de Anita Leocádia Prestes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

LANÚS, Juan Archibaldo. *De Chapultepec al Beagle*. Buenos Aires: Emecé, 1984.

MAGNET, Alejandro. *Nuestros Vecinos Justicialistas*. Santiago: Pacífico, 1953.

MOURA, Gerson. *Tio Sam Chega ao Brasil* – a penetração cultural americana. 5. ed.. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SILVA, Hélio. *1945*: porque depuseram Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Diplomata, políticos e militares* – as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo. Passo Fundo: UPF, 1999.

SUNKEL, Osvaldo. *A Crise da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

ZULETA ALVAREZ, Enrique. *El Nacionalismo Argen*tino. Buenos Aires: Astrea, 1985. V. 2.